

18 OUT 1986

JOÃO VIEIRA

Depois de receber a Nação unida em comunhão cívica em torno do ideário de Tancredo Neves, Sarney abriu uma gestão de quatro ciclos presumíveis, dos quais o primeiro, definido pela característica de maior atenção às elites ornamentais já foi cumprido. Transcorre agora o ciclo do atendimento prioritário às elites da área de produção, após o que deverá cumprir-se um estágio de atenção aos pleitos e demandas das elites decisórias. Por último, a experiência de intimidade com as multidões em fase terminal de convívio com as massas.

Na atual etapa da gestão Sarney, o Plano Cruzado representou um expediente de ocasião. Um recurso tático de grande efeito que não afetou apenas aqueles que acionam diretamente o aparato produtivo nacional: atingiu o povo como um todo e desconsertou as vanguardas políticas. Todas as faixas da realidade social brasileira foram tocadas pelas medidas inopinadas de fevereiro, cujo impacto proporcionou aos dirigentes governamentais fôlego suficiente para cumprir, com folga, o percurso do embate com as elites da produção, muitas vezes taxativas em suas exigências de ocasião. Observe-se que o grande fantasma das democracias liberais não são as greves, as marchas de trabalhadores ou dos "sem-qualquer coisa", mas as "marchas da produção", até porque nestas há sempre o que se levar, pairando a ameaça do bloqueio de passagens ou da exposição pública de produtos à degradação. Estas sim! São temidas e reprimidas quase sempre por antecipação e como agora há mais procura do que oferta para quase tudo, não há por-

que temer desordens públicas em prazos curto e médio. A prazo longo, porém, não se descarta a perspectiva de uma revolta popular.

A este ciclo, seguir-se-á o da atenção maior a quadros das elites decisórias. As eleições de 15 de novembro deverão representar o marco da virada para esse outro tempo da gestão Sarney, quando se passará a dar ouvidos aos integrantes do comando financeiro e econômico do País. Quando se prestará atenção às falas e teses dos teóricos institucionais. Quando as vozes dos caciques regionais e setoriais merecerão audiência, ganhando ressonância.

É lícito supor que ao tempo dos despachos com as elites decisórias haja deliberações no sentido de se reequilibrar ou reimpulsionar a vida nacional sob a liderança Sarney. O problema está em saber se as mesmas tenderão à impulsão para frente ou para trás, já que os quadros da alta hierarquia social, em seu conjunto, costumam apresentar um perfil conservador. Felizmente será quando se concretizará o grande evento da Assembleia Nacional Constituinte.

É no "estágio decisório" que as assessorias políticas e conceituais tomarão vantagem sobre as executivas e operacionais. Nessa fase deverão ser adotadas medidas destinadas a assegurar o controle social em seu amplo sentido. Certamente que a essa época haverão de estar delineadas as linhas de força do processo sucessório e o governo começará a se posicionar para o último grande teste a ser encarado de frente: a campanha sucessória. Passaremos, então, a viver a quarta e últi-

ma etapa da gestão Sarney, quando o governo deverá voltar-se para as massas. Será quando quadros das elites ornamentais voltarão a ser empregados como anzol do esforço de repescagem das massas. Em tarefas de garfagem das malhas sociais apáticas, principalmente em "shows" políticos simpáticos ao Presidente, ele mesmo acostumado ao manejo, como poeta repentista, da arte em código de povão.

Já se pode escrever que Sarney irá cunhar a marca de um Presidente-de-Serviço enquanto supremo magistrado, imbuído da noção do dever e operoso. Um gerente eficaz do processo institucional e não propriamente um mito, um líder carismático ou um demiurgo de nossa salvação cívica. Não irá ele inventar rumos para a nossa história: vai apenas assegurar o que se acha lançado pelas circunstâncias, coibindo abusos e retificando desvios. Será, enfim, o número um dos funcionários da República, em clima-de-faz-de-conta-que-somos-desenvolvidos. Mas isto serve para revelar uma coisa: que somos viáveis como comunidade civilizada ou que não somos ingovernáveis como às vezes quer parecer. Qualquer um será capaz de nos dirigir, desde que não renuncie (?) ou que não queira inverter, a seu talento e de forma inconsequente a hierarquia consagrada dos valores. As desconexões estruturais, as truncagens dos relacionamentos sociológicos ou o grave problema da guerra delinquentes, alarmante em suas proporções atuais, são sempre questões a serem equacionadas pelo esforço conjunto

de governo e povo. A consciência coletiva jamais se furtou ao espírito de justiça ou deixou de respaldar medidas institucionais direcionadas nessa linha. É tudo uma questão de alto senso do dever, referido por ética humanitária, ao mesmo tempo que guiado por consciência legal aliada ao bom senso.

Não é por outra razão que desde o início o Presidente mostrou zeloso quanto à "liturgia do cargo"; um cargo, aliás, que ele não pediu para ocupar mas que teve o amadurecimento e a hombridade de assumir e não desdenhar, levando a sério sua histórica oportunidade de máxima incumbência cívica. Mas percebe-se que correu tempo para que se dissipasse um certo sentimento de quase-usurpação, então superado pela competência e sinceridade de propósitos. Devemos admitir que a superação fora possível graças à capacidade de Sarney de arrazoar conceitos nas horas/limite e que é isto rigorosamente indispensável a qualquer que decida postular o seu lugar.

Que não se faça "tabularasa" do prestígio advindo de um relacionamento bem-sucedido com a área externa e que acaba por agigantar a figura do Presidente, ampliando-a para a escala mitológica dos estadistas.

Creio que de tudo isto haveremos de retirar a sugestão de se restituir à atividade política neste País a **m i s t i c a** da prestação-de-serviço e, assim, promover a necessária recomposição ética, entre nós, do exercício da função pública.

João Vieira é Professor Titular (licenciado) de Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso